

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI**

**Bacharelado em Geografia**

**Johnny da Costa Barbosa**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) II: O PROCESSO DE  
SEGREGAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NAS DUAS PRIMEIRAS  
DÉCADAS DO SÉCULO XXI**

**São João del-Rei**

**Dezembro/2018**

**Johnny da Costa Barbosa**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II: O PROCESSO DE  
SEGREGAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NAS DUAS PRIMEIRAS  
DÉCADAS DO SÉCULO XXI**

Trabalho apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II do curso de Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei.

**Orientador:** Profa. Dra. Francielle da Silva Cardozo.

**São João del-Rei**

**Dezembro/2018**

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)  
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B239p      Barbosa, Johnny da Costa.  
              O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE  
              JANEIRO NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI /  
              Johnny da Costa Barbosa ; orientadora Francielle da  
              Silva Cardozo ; coorientador Márcio Roberto Toledo.  
              -- São João del-Rei, 2018.  
              42 p.

              Monografia (Graduação - Geografia) -- Universidade  
              Federal de São João del-Rei, 2018.

              1. Segregação. 2. Distribuição de Renda. 3.  
              Desigualdade Sociais. 4. Tecido Urbano. 5. Metrópole.  
              I. Cardozo , Francielle da Silva , orient. II.  
              Toledo, Márcio Roberto, co-orient. III. Título.

# JOHNNY DA COSTA BARBOSA

## O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e aprovado para obtenção do certificado de graduação no curso de Geografia (Bacharelado) da instituição de ensino Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ.

**São João del-Rei, 16 de outubro de 2018.**

---

Prof. Dr. Múcio do Amaral Figueiredo  
Coordenador do Curso de Geografia  
(Bacharelado)

---

Profa. Dra. Francielle da Silva Cardozo - Orientadora



---

Prof. Dr. Márcio Roberto Toledo - Co-Orientador



---

Mestre Jadna Têssia Oliveira – Banca Examinadora

SÃO JOÃO DEL-REI  
2018

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Rua Nova, Rio de Janeiro.	11
Figura 02 - Rua do Ouvidor em 1890.	12
Figura 03 - A decadência dos casarões coloniais, no centro do Rio, antes do “bota-abaixo”.	12
Figura 04 - Expansão da Cafeicultura.	14
Figura 05 - Cortiços que foram demolidos para a construção de avenidas.	16
Figura 06 - Abertura da Avenida Mem de Sá, uma via diagonal ligando a Lapa aos bairros da Tijuca e de São Cristóvão.	16
Figura 07 - Frente do Teatro Municipal após a Reforma Urbanística.	17
Figura 08 - Alargamento da rua Uruguaiana, Centro do Rio e demolição de casarões antigos.	17
Figura 09 - Avenida Central, 1905. Avenida Rio Branco (Rio de Janeiro, RJ).	18
Figura 10 - Cohab Vila Kennedy.	20
Figura 11- Conjunto habitacional Haroldo de Oliveira III.	22
Figura 12 - Conjunto habitacional no Complexo do Alemão, RJ.	22
Figura 13 - Tabela 1. RAS da cidade do Rio de Janeiro.	23
Figura 14 - Áreas de Planejamento.	24
Figura 15. Áreas de Planejamento e as RAS de cada área de planejamento.	24
Figura 16 - O processo da ocupação urbana do Município do Rio de Janeiro (linhas Gerais).	25
Figura 17 - Mapa do uso do solo na cidade do Rio de Janeiro em 2016.	26
Figura 18 - Quadro da população residente na cidade e nas favelas.	27
Figura 19 - Obras do PAC na Rocinha.	29
Figura 20 - Construção do Teleférico do Complexo do Alemão.	29

Figura 21 - Gráfico de renda média per capitar domiciliar da cidade do Rio de Janeiro, segundo os últimos três grandes censos.	30
Figura 22 - Gráfico de rendimento nominal médio oriundo do trabalho por Região Administrativa, no Censo de 2000 e 2010.	31
Figura 23 - Índice de Desenvolvimento Social por RAS, no ano de 2000.	32
Figura 24 - Quadro dos itens que compõem o Índice de Progresso Social.	33
Figura 25 - Índice de Progresso Social do Rio de Janeiro.	34
Figura 26 - Percentagem de pobres, coeficiente de Gini e Renda domiciliar per capita: estado e cidade do rio de janeiro e áreas, 2010.	35
Figura 27 - Percentual de domicílios particulares permanentes por classe de rendimento nominal mensal domiciliar (salário mínimo): estado e cidade do rio de janeiro e áreas, 2010.	36

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REVISÃO TEÓRICA	11
2.1 A primeira tônica do processo de segregação na metrópole no século XIX	11
2.2 A gênese espacial nas primeiras décadas do século XX, a Era Vargas e os principais mecanismos de acesso à moradia	14
2.3 Os programas de acesso à habitação no período da ditadura militar	18
2.4 O acesso à moradia no pós-ditadura e início do XXI	20
3. RESULTADOS	23
3.1 Divisão Territorial da Metrópole	23
3.2 O Uso e Parcelamento do Solo	26
3.3 Renda das Regiões Administrativas	29
3.4 Índice de Desenvolvimento Social e Progresso Social	31
3.5 Outros Indicadores	34
3.5.1 Transporte	34
3.5.2 Percentagem de pobres, coeficiente de Gini e Renda domiciliar per capita: estado e cidade do rio de janeiro e áreas, 2010	34
3.5.3 Percentual de domicílios particulares permanentes por classe de rendimento nominal mensal domiciliar (salário mínimo): estado e cidade do rio de janeiro e áreas, 2010	35
4. DISCUSSÃO	37
5. CONSIDERAÇÃO FINAIS	39
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

# **O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI**

## **RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de curso (tcc), apresenta o panorama socioespacial da cidade do Rio de Janeiro, através de indicadores socioeconômicos selecionados, tais como a renda por região administrativa, configuração do tecido espacial, índices como os de progresso social e de desenvolvimento social, entre outros. Tais dados foram levantados e analisados com o objetivo de comparar como é dada a realidade dentro das diversas regiões do município. Para tanto, foi feita uma revisão da literatura em que se buscou, através da história da cidade, o período do início do processo de redistribuição da população no tecido urbano da cidade, destacando-se assim as principais características que promovem o processo de segregação socioespacial na metrópole, entre elas as diversas políticas públicas voltadas para a questão habitacional das camadas mais pobres da população e também as políticas que visassem atender outras necessidades da população. Cabe ressaltar que o presente trabalho leva em conta uma abordagem histórico-geográfica para explicar as principais características que fazem com que haja as diferentes realidades sociais presentes dentro da cidade do Rio de Janeiro. Por fim, os resultados mostram que apesar de nos últimos censos, os dados mostrarem que houveram avanços tanto na qualidade de vida da população de toda a metrópole, assim como na renda, muito ainda necessita ser feito para que de fato a cidade do Rio de Janeiro possa diminuir significativamente as desigualdades sociais e as distorções presentes no tecido urbano da metrópole carioca.

**Palavras Chaves:** Segregação, Distribuição de Renda, Desigualdade Sociais, Tecido Urbano e Metrópole.

# 1. INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro foi fundada pelos portugueses em 1565 com a finalidade de evitar que os territórios então pertencentes a coroa portuguesa fossem ocupados pelos franceses, como já ocorrera anteriormente. Entre as principais atividades econômicas da cidade naquele período, merecem destaques as relacionadas aos tráficos negreiro e militar. Após a descoberta de ouro nas Minas Gerais, o crescimento da cidade se deu devido ao comércio e exportação deste produto. Durante o período que o Brasil foi vice-reino, o Rio de Janeiro foi a capital e recebeu a corte portuguesa que fugia da Europa, em 1808 (ENDERS, 2015).

Ainda de acordo com a autora, a cidade é conhecida mundialmente como a vitrine do Brasil no mundo e é principalmente por ela que o país além de ser representado, é também por onde os turistas estrangeiros chegam ao país. A metrópole presenciou todos os regimes de governo, desde a monarquia até a ditadura de Vargas. Mesmo ao perder o posto de capital do país em 1960, a cidade se mantém no posto de “reivindicar seu papel de porta-voz de uma nação mestiça”. Enders também enfatiza que no Rio de Janeiro, os problemas parecem caminhar junto as soluções, todavia, ela ressalta que a imagem da cidade não pode ser limitada a imagem de cartão postal, pois isso limitaria a cidade ao seu perímetro da Zona Sul e regiões Olímpica, assim escondendo as demais áreas da cidade.

Como demonstra Enders (2015), a cidade do Rio de Janeiro, que muitos turistas ou pessoas que não vivem na cidade conhecem, acaba sendo uma cidade referenciada por cartões postais e bairros da Zona Sul (região em sua grande maioria habitada por uma parcela de moradores dos mais altos extratos sociais da metrópole fluminense), todavia, existe uma outra cidade por trás de todos os cartões postais, desconhecida, com favelas e subúrbios. As favelas e os subúrbios são as marcas do processo de segregação espacial da metrópole carioca e surgem concomitantemente e com maior expressão a partir das Reformas de Pereira Passos.

No período do governo de Passos (1902-1906) se inicia o processo mais acelerado de segregação no Rio de Janeiro. Antes desse período, as diversas classes sociais residiam próximas, como demonstram os estudos de Abreu (2003) e Vaz (1994). A Reforma Passos, aliada a obras de infraestrutura e abertura de grandes vias como a Avenida Brasil, tuneis

e outras formas de acesso e locomoção, possibilitaram a ocupação de todo o território carioca, o que permitiu a abertura de loteamentos mais baratos para as camadas mais populares da sociedade, dessa forma, nasceram os subúrbios na cidade.

Outra forma de segregação espacial manifestada na cidade são as favelas. Apesar destas terem se intensificado após as Reformas de Passos, elas já vinham se desenhando no tecido urbano da cidade anteriormente. A primeira favela do Brasil surge em terras cariocas no final do século XIX e início do XX, após militares que combateram na guerra de Canudos, no interior da Bahia, retornarem à cidade com a esperanças de terem moradias que lhes foram prometidas em caso de êxito na guerra, ocuparem um morro na região central da cidade, esse morro então passou a ser conhecido como morro da providencia, devido ao ato realizado pelos militares. (VAZ, 1994).

Segundo o IBGE 2010, as favelas são um fenômeno presente em quase todas as grandes e médias cidades brasileiras na atualidade (IBGE, 2010). Partindo do princípio de que se pode conceituar favela como um “aglomerado subnormal”, o Censo de 2010 classifica aglomerado como conjuntos que são constituídos de pelos menos 51 unidades habitacionais carentes, de forma geral, de serviços públicos essenciais, além estarem dispostas, na maioria das vezes, de forma desordenada e densa (IBGE, 2010). Na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com dados do IBGE, no ano 2000, possuía 513 favelas, todavia, em 2010, esse número já havia passado 763 favelas.

De acordo com o Censo do IBGE 2010, a cidade do Rio de Janeiro era a cidade com a maior população vivendo em “aglomerados subnormais” do país. São cerca 1.4 milhão de habitantes vivendo em torno 763 favelas na cidade, ou seja, quase 23% dos 6.323.037 de seus habitantes. A cidade fica inclusive à frente da maior cidade do país, São Paulo, cuja população nas favelas e loteamentos irregulares é de cerca 1.3 milhão, porém, lá existe mais aglomerados subnormais do que a fluminense, 1.020 ao todo. (IBGE, 2010). Os números ficam ainda mais alarmantes quando comparados ao do Censo 2000 do IBGE (quando havia aproximadamente 1.2 milhão de moradores de favelas no Rio, ou 18,65% dos habitantes do município).

Para a realização desta pesquisa utilizamos o método histórico geográfico. Através desta abordagem foram enfocados os aspectos da história da metrópole carioca desde o final dos séculos XIX até o início desse século, onde buscou-se mostrar, através de uma análise geográfica, as principais características que fizeram, promoveram e consolidaram

a distribuição demográfica sobre a cidade e as principais transformações sofridas ao longo destes séculos. Todavia, a pesquisa buscou mostrar que as transformações ocorridas sobre o espaço metropolitano carioca não foram “naturais”, mas sim, resultado de políticas econômicas que priorizaram os extratos sociais economicamente mais favorecidos, o que gerou e ainda gera segregação na cidade do Rio de Janeiro.

A metodologia consistiu em processos e etapas diversas: levantamento de dados, levantamentos bibliográficos, análise de leis, análise de mapas de ocupação do solo, bem-estar social, entre outros e levantamento dos dados da distribuição de renda na metrópole do Rio de Janeiro, nos censos de 2000 e 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Através do levantamento do processo histórico de habitação, foi possível observar como se deu o processo de distribuição da população pelo território carioca e os principais mecanismos que fizeram e fazem até hoje, gerar a segregação espacial, que pode ser notada pelo tecido urbano da cidade.

## 2. REVISÃO TEÓRICA

### 2.1 A primeira tônica do processo de segregação na metrópole no século XIX

O processo de segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro não é algo que tenha se iniciado no último século, mas, sim, que se expandiu e transformou ao longo do tempo. Como afirma Abreu (2003), durante o século XIX, a forma de habitação mais comum para as classes sociais mais pobres eram os cortiços na região central da cidade. Esse tipo de moradia era a mais acessível para as populações dos extratos sociais mais baixos. Todavia, ao longo desse século vão surgir diversos surtos de doenças, como a cólera, febre amarela, varíola entre outras, que mostravam o quão insalubre era esse tipo de moradia para seus habitantes. Abaixo algumas imagens da cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX.



Figura 1. Rua Nova, Rio de Janeiro. Fonte: Olhar estrangeiro sobre o Brasil do passado, 2018.

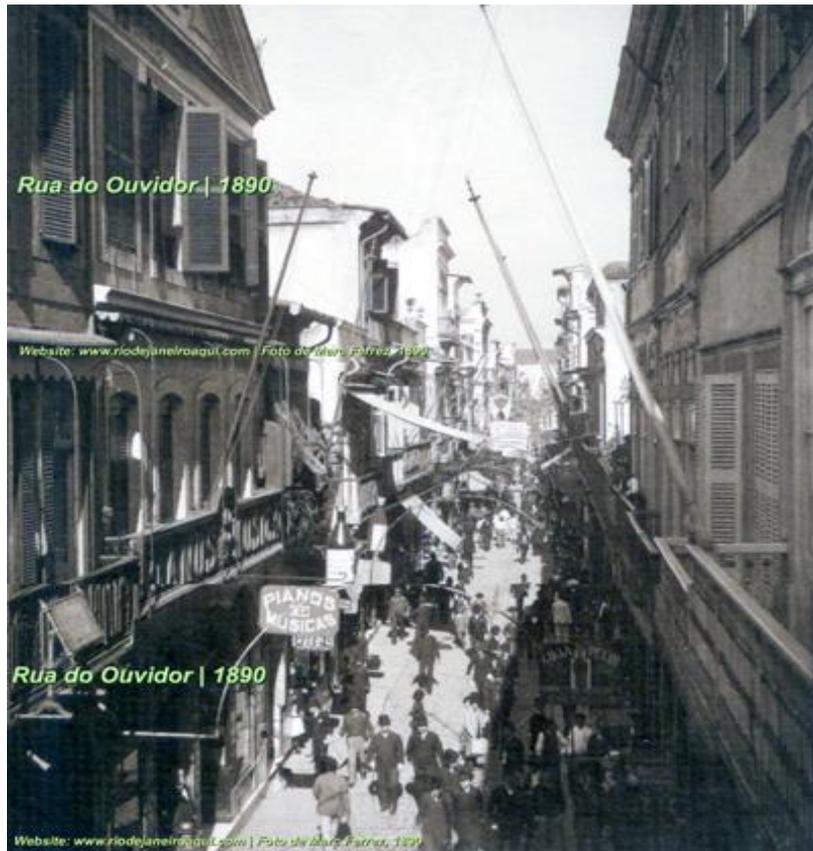


Figura 2. Rua do Ouvidor em 1890. Fonte: Rio de Janeiro Aqui, 2018.



Figura 3. A decadência dos casarões coloniais, no centro do Rio, antes do “bota-abaixo”.  
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2018.

As doenças eram algo realmente preocupante, porém, essas não eram as únicas características que faziam com que o governo desse período se preocupasse. A cidade do Rio de Janeiro era, até então, a capital do império e todo o aparato político de poder daquele momento estavam situados nela. A proximidade da população era algo que os governos temiam naquele momento. Abreu (2003), afirma que os motivos que levaram a demolição dos cortiços não estavam somente ligados a questões de saúde, mas também a localização (dentro da área central da cidade), podendo se tornar local de agitações contra o então governo, pois ali residiam principalmente trabalhadores e imigrantes que, em sua maioria, viviam em condições insalubres. Isto, apesar de não ser o discurso oficial, era algo tratado nas entrelinhas sobre os reais motivos da demolição de diversos cortiços que não necessitavam de demolição.

A partir desse momento, como mostrado por Abreu (2003), se inicia uma preocupação em relação a ocupação da área central da cidade pela população mais desfavorecida economicamente, devido ao seu alto potencial para movimentos reivindicatórios e também a ideia do governo de modernizar a cidade para o capital. “Era preciso criar uma nova capital”, que simbolizasse a integração efetiva do País na divisão internacional do trabalho como grande produtor de café; que expressasse os valores cosmopolitas e modernos das elites nacionais (ABREU, 2003, p. 220).

O período da segunda metade do século XIX e início do XX, como estudado por Vaz (1994, p. 581-582), foi marcado por diversas alterações na ordem econômica, social, política, cultural e espacial da cidade. Nesse momento, a cidade que tinha feições coloniais passou a ter feições de uma cidade industrial. Nesse período o trabalho escravo foi substituído pelo livre e assalariado e as dinâmicas espaciais da então capital foram reformuladas. Abaixo pode ser visto no mapa como se deu a principal atividade ligado à industrialização brasileira e sua expansão.

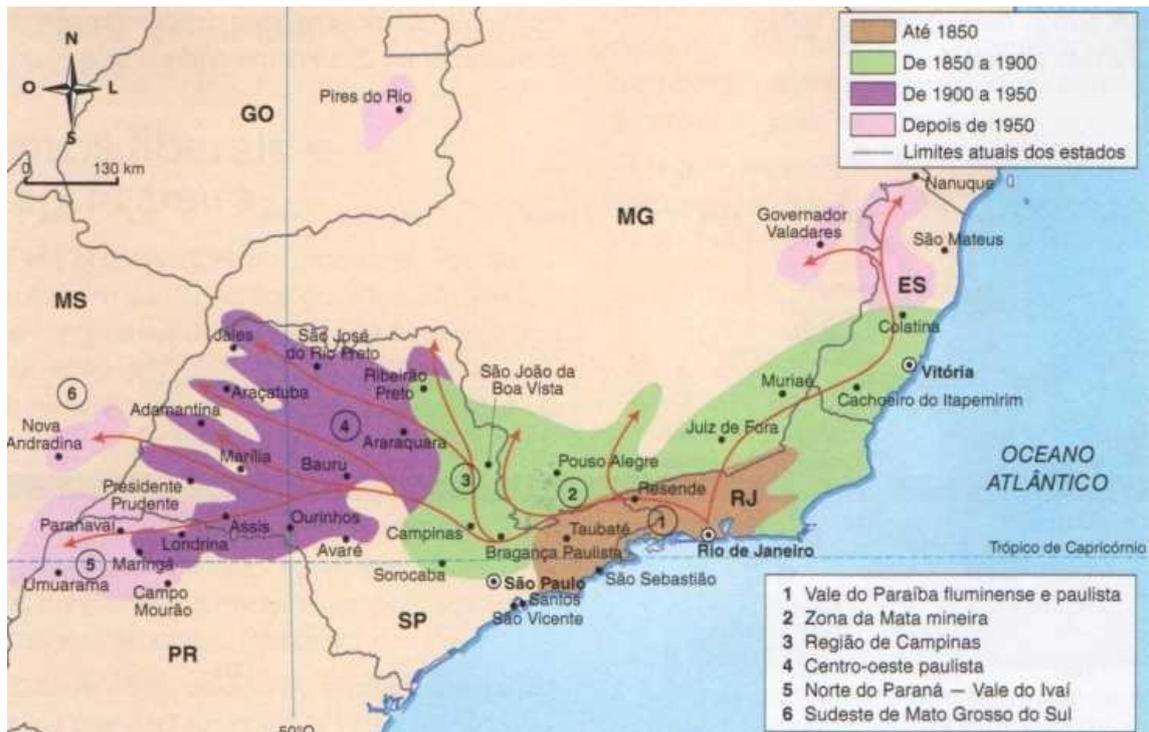


Figura 4. Expansão da Cafeicultura. Fonte: Cola da Web.com.

## 2.2 A gênese espacial nas primeiras décadas do século XX, a Era Vargas e os principais mecanismos de acesso à moradia

As transformações que aconteceram na então capital nacional culminaram com a Reforma Pereira Passos no período de 1902 a 1906. De acordo com Motta (2011), essa Reforma tinha como objetivo melhorar a circulação de mercadorias, serviços e pessoas pela cidade. Maricato (1997, p. 28), assevera que:

O prefeito, o engenheiro Francisco Passos, teve poderes ditatoriais (inconstitucionais na época) para desapropriar, demolir, contratar, construir, sem a possibilidade de contestação por parte de qualquer cidadão que se sentisse atingido. Foram construídos 120 novos grandes edifícios no lugar de 590 prédios velhos em apenas 20 meses. As famílias pobres foram despejadas sem piedade dos cortiços localizados nas áreas centrais (MARICATO, 1997, p. 28).

Abreu (2003) assegura que a questão da habitação popular anterior a Reforma Passos sempre foi colocada como questão de controle, seja ela das epidemias ou controle da produtividade dos trabalhadores e movimento operário. Nesse sentido, esse controle era exercido através da construção de vila operárias, próximas ao local de trabalho e com suas regras.

Ao remodelar a cidade, Passos alterou fundamentalmente o nível em que essa questão era colocada. Separando usos e classes sociais que estavam

anteriormente próximos, ou que se interpenetravam perigosamente, gerando faíscas, definiu precisamente os espaços de produção e os espaços de consumo da cidade, separando definitivamente os locais de trabalho dos locais de residência, agora ligados por modernos, eficientes e controláveis espaços de circulação (ABREU, 2003, p. 225).

Se antes as classes com menor poder aquisitivo moravam próximas aos seus trabalhos, após a reforma, elas foram obrigadas a se dirigirem em direção as regiões mais afastadas do centro ou a se instalarem nos morros mais próximos. Assim, as favelas começam a se fortalecer no tecido urbano da cidade e a população carioca inicia o processo de ocupação das terras mais distantes do centro do Rio de Janeiro.

As favelas são um dos maiores exemplos da configuração socioespacial extremamente desigual da cidade do Rio de Janeiro. Elas se formaram ainda na segunda metade do século, ocupando áreas inutilizáveis, ao menos em um primeiro momento, pelo mercado imobiliário. Espalharam-se pelo tecido urbano carioca a partir dos anos 1920, ocupando um lugar de destaque na estrutura urbana e política da cidade. Dada a proximidade espacial do mercado de trabalho e o custo relativamente baixo do acesso à moradia nas favelas, estas se revelaram um elemento estrutural do desenvolvimento econômico da cidade, permitindo a redução do peso dos fatores moradia e transporte sobre o custo da mão-de-obra (GONÇALVES, 2006, p.6).

Motta (2011) ressalta que as transformações que vinham acontecendo na cidade se mostraram incapazes de resolver o problema da habitação. A partir de 1930, com o período populista vivido no Brasil, o estado brasileiro de fato começa a se preocupar com a questão da moradia. Maricato (1987) e Motta (2011) afirmam que nesse período o governo propôs, através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, financiar a construção de 140 mil moradias, contudo, a maior parte delas seriam voltadas para o aluguel. As autoras também mencionam a criação da Fundação da Casa Popular (FCP) em 1946, Maricato (1997) também aponta que em 18 anos de Programa foram construídas aproximadamente 17 mil moradias.

Esses programas não resolveram os problemas da habitação das cidades brasileiras no período, principalmente da metrópole carioca. As cidades brasileiras estavam passando por um intenso processo da evolução da população urbana, como mostra Maricato (1997). Uma alternativa para as populações pobres nesse período foi a compra de lotes distantes das regiões centrais, facilitado pelo aumento da malha rodoviária nas grandes cidades do país. Nas figuras abaixo é possível observar alguns momentos que sucederam na Reforma Pereira Passos, como demolição de diversos cortiços e como ficaram algumas regiões do centro da cidade.



Figura 5. Cortiços que foram demolidos para a construção de avenidas.  
Fonte: Sala Geo Rio, 2018.



Figura 6. Abertura da Avenida Mem de Sá, uma via diagonal ligando a Lapa aos bairros da Tijuca e de São Cristóvão. Fonte: Sala Geo Rio, 2018.



Figura 7. Frente do Teatro Municipal após a Reforma Urbanística. Fonte: Educação Globo, 2018.



Figura 8. Alargamento da rua Uruguaiana, Centro do Rio e demolição de casarões antigos. Fonte: Páginas Luso Brasileiras em Ação, 2018.



Figura 9. Avenida Central, 1905. Avenida Rio Branco (Rio de Janeiro, RJ). Fonte: Biblioteca Nacional, 2018.

### 2.3. Os programas de acesso à habitação no período da ditadura militar

No início dos anos 60, de acordo com Abramo e Faria (1998), já apareciam as consequências do processo de urbanização iniciado na década de 1930, como o aumento da população, carência de habitação e segregação social, que foram auxiliados pelo aumento de concentração de renda nas mãos das classes sociais mais abastadas (ABRAMO & FARIA, 1998, p.424). Com a chegada dos militares ao poder, em 1964, a FCP foi extinta e em seu lugar foi criado o Plano Nacional de Habitação. Motta (2011, p. 4) ressalta que esse plano além da construção de moradias, tinha como objetivo o desenvolvimento do país, e servir como um mecanismo de controlar as massas para garantir a estabilidade social.

Para concretizar essa concepção de cidade e de política para habitação, o Banco Nacional de Habitação (BNH) se torna o principal órgão da política habitacional e urbana do país. Prioritariamente, ele deveria “orientar, disciplinar e controlar o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), para promover a construção e a aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menor renda” (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 61 *apud* MOTTA, 2011, p. 5).

Segundo Maricato (1997), em 1940, 64% das casas eram alugadas no país e, em 1991, esse número passou para 16%. Contudo, a autora diz que esses números passam uma ideia errada, pois com a queda na porcentagem dos imóveis alugados, veio o aumento das favelas. O estudo de Corrêa (1989) mostra também outras dinâmicas do processo de segregação residencial da cidade, onde os bairros como Copacabana, Ipanema e Barra da Tijuca, que eram tidos como periféricos, passam por uma valorização fundiária e ganham novos contornos sociais. Abramo e Faria (1998) também mostram essa mesma perspectiva. Eles ainda relatam que:

Na década de 70, a Zona Sul concentrava 50,9% das transações imobiliárias da cidade. Essas transações obedeciam a ciclos que variavam de Copacabana, que neste período teve uma queda de 16,4% na taxa de crescimento no número de domicílios particulares, à Ipanema e Leblon, que no mesmo período apresentavam um acréscimo no número de domicílios na ordem de 50% (ABRAMO e FARIA, 1998, p.5).

A consolidação dos bairros da zona sul da cidade fez com que os investimentos fossem direcionados para outros bairros, contudo, esses investimentos acabavam ficando nos bairros em que tanto as classes médias altas e médias estavam se expandindo, o que pode ser analisado através do estudo de Abramo e Faria (1998).

Na década de 1980 a crise financeira compromete mais gravemente os investimentos do SFH, culminando na extinção do BNH em 1986, que transfere para a Caixa Econômica Federal suas funções. Entre 1964 e 1986 (ano de sua extinção), o SNH financiou cerca de quatro milhões de moradias, número bastante expressivo para a realidade do país. Porém, os investimentos atingiram predominantemente a classe média emergente, alijando da política de financiamento da casa própria os trabalhadores que recebiam menos de um salário mínimo. Do total de moradias produzidas, 35% foram destinadas ao “mercado popular”, com comprometimento de apenas 13% de todos os recursos investidos pelo BNH (MOTTA, 2011, p. 3).

Motta (2011) demonstra que no período de 1970-1974, na vigência do Programa, houve tentativas de construção de moradias para as camadas mais populares da sociedade, como o caso das Cohabs (40% dos investimentos), porém, essas perderam seu dinamismo e se tornaram suscetíveis, principalmente devido a inadimplência nos pagamentos, por causa da perda do poder de compra das populações dos extratos sociais mais baixos. Dessa forma, os financiamentos passaram a se concentrar cada vez mais para as populações de classe média.



Figura 10. Cohab Vila Kennedy. Fonte: FREIRE, A. & OLIVEIRA, L. L.

Na figura 10 é possível ver a Cohab da Vila Kennedy, umas das formas de construção de casas durante o regime militar. Atualmente, na área onde foi construída a Cohab, restam poucos sinais das construções e a região se tornou umas das maiores favelas da cidade.

#### **2.4 O acesso à moradia no pós-ditadura e início do XXI**

Após mais de 20 anos vivendo sob o regime da ditadura militar, o Brasil iniciou o processo de redemocratização no final dos anos 1980 e início dos 1990 do século XX. Os principais programas de acesso à moradia entre o final dos anos 1980 e início dos 2000 foram: o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, da Secretaria especial de Ação Comunitária, em 1987, Plano de Ação Imediata para a Habitação, durante o curto governo do presidente Collor e os Programas Habitar Brasil e Morar Município, durante o governo de Itamar Franco (MOTTA, 2011). Todos esses programas falharam na construção de moradias populares, seja pelo excesso de burocracia por parte do estado ou simplesmente por não cumprirem suas metas.

A autora também faz referências ao governo de Fernando Henrique (1995-2002) relatando que houve avanços na questão da regularização fundiária, ampliação da participação e uma visão mais integrada da questão habitação, contudo, por razões

econômicas essas não foram adiante. Brito (2006), a respeito do momento econômico que o país estava vivendo no final do século XX, menciona:

A crise econômica e social vivenciada pela economia brasileira, nas duas últimas décadas do século XX, levou a uma grande redução da capacidade de inserção da população no mercado de trabalho nos aglomerados metropolitanos, assim como ampliou a seletividade do mercado imobiliário, servindo, ambas, como “freio” à tendência que se anunciava, na década de 1970, de uma “hipermetropolização” (BRITO, 2006, p. 226).

O início do século XXI é marcado por diversas mudanças nas relações das dinâmicas de habitação para as camadas populares do país. Entre essas mudanças, estão a aprovação do Estatuto das Cidades, as Conferências Nacionais, que visavam debater sobre uma política mais efetiva para a habitação no Brasil e a criação do Ministério das Cidades (MC). Para Bonduki (2008) esse ministério afirma que:

Foi criado com o caráter de órgão coordenador, gestor e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, envolvendo, de forma integrada, as políticas ligadas à cidade, ocupando um vazio institucional e resgatando para si a coordenação política e técnica das questões urbanas. Coube-lhe, ainda, a incumbência de articular e qualificar os diferentes entes federativos na montagem de uma estratégia nacional para equacionar os problemas urbanos das cidades brasileiras, alavancando mudanças com o apoio dos instrumentos legais estabelecidos pelo Estatuto das Cidades (BONDUKI, 2008, p. 96).

O autor é enfático ao afirmar que a partir do ano de 2005 começam alterações no que tange o financiamento para as moradias de interesse social no país, quando houve significativo aumento dos investimentos, ampliação do subsídio e maior destinação desses investimentos para as populações de baixa renda. Estes aspectos, aliados a conjuntura econômica favorável que o país vivia, foram determinantes para aumentar a produção de habitações, também estimular a construção civil e gerar mais empregos dentro do país.

O programa “Minha Casa Minha Vida”, implantado pelo Ministério das Cidades durante o governo Lula, foi a principal política de habitação (MOTTA, 2011). Tinha como meta, construir um milhão de moradias, para as famílias com até 10 salários mínimos, contudo, como ressalta a autora, esse programa também colocava a iniciativa privada como a protagonista na construção das habitações. Dessa forma, as construções acabaram ficando concentradas nas faixas de renda entre 3-10 salários mínimos, sendo que a maior necessidade era das populações com renda de 0-3, o que acabou por sendo uma contradição do próprio projeto, pois visava atender as demandas dos extratos sociais

menores e de certa forma, não o fez. Abaixo, fotos de dois conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida na cidade.



Figura 11. Conjunto habitacional Haroldo de Oliveira III. Fonte: Feirão da Caixa.



Figura 12. Conjunto habitacional no Complexo do Alemão, RJ. Fonte: Rio de Janeiro Notícias.

### 3. RESULTADOS

#### 3.1. Divisão Territorial da Metrópole

A divisão territorial da metrópole carioca pode ser feita através de diferentes formas, destacam em algumas publica es dos órgãos municipais, como o Instituto Pereira Passos as seguintes: a primeira é a que divide por áreas de planejamento, sendo cinco ao total, a segunda é a divisão por bairros (a cidade possui 161 ao todo), a terceira refere-se as regiões de planejamento, sendo ao total 16 e a última é a divisão por Região Administrativas (RAS), tendo a cidade ao todo 33 RAS.

Nesta pesquisa foram utilizadas as RAS e áreas de Planejamento (AP), devido ao nível de detalhamento adequado dos dados e pela proposta deste estudo. Abaixo na tabela 1, as 33 regiões administrativas da cidade do Rio de Janeiro, o mapa a divisão territorial segundo as áreas de planejamento e na tabela 2 as áreas de planejamento juntamente com as RAS de cada área de planejamento.

I Portuária	XII Inhaúma	XXIII Santa Teresa
II Centro	XIII Méier	XXIV Barra da Tijuca
III Rio Comprido	XIV Irajá	XXV Pavuna
IV Botafogo	XV Madureira	XXVI Guaratiba
V Copacabana/	XVI Jacarepaguá	XXVII Rocinha
VI Lagoa	XVII Bangu	XXVIII Jacarezinho
VII São Cristóvão	XVIII Campo Grande	XXIX Santa Cruz
VIII Tijuca	XIX Complexo do Alemão	XXX Maré
IX Vila Isabel	XX Ilha do Governador	XXXI Vigário Geral
X Ramos	XXI Ilha de Paquetá	XXXIII Realengo
XI Penha	XXII Anchieta	XXXIV Cidade de Deus

Figura 13. Tabela das RAS da cidade do Rio de Janeiro. (Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro).

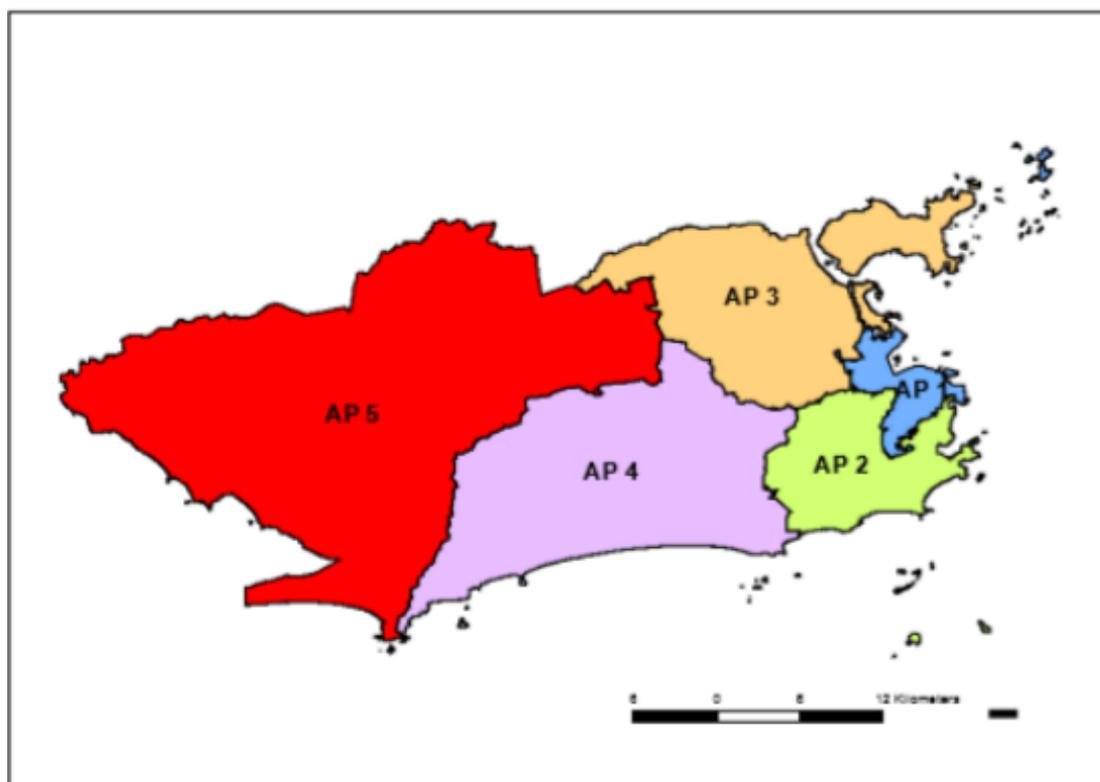


Figura 14. Áreas de Planejamento. Fonte: Instituto Pereira Passos.

<b>ÁREAS DE PLANEJAMENTO</b>	<b>REGIÕES ADMINISTRATIVAS</b>
Área de Planejamento 1	Portuária, Centro, Rio Comprido, São Cristóvão, Ilha de Paquetá e Santa Teresa.
Área de Planejamento 2	Copacabana, Botafogo, Lagoa, Rocinha, Tijuca e Vila Isabel.
Área de Planejamento 3	Ramos, Maré, Méier, Jacarezinho, Irajá, Madureira, Inhaúma, Complexo do Alemão, Penha, Vigário Geral, Anchieta, Pavuna e Ilha do Governador.
Área de Planejamento 4	Jacarepaguá, Cidade de Deus e Barra da Tijuca.
Área de Planejamento 5	Bangu, Realengo, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.

Figura 15. Áreas de Planejamento e as RAS de cada área de planejamento. Fonte: Portal Geo, Governo do Rio de Janeiro, 2018.

De acordo com o estudo do Instituto Pereira Passos (IPP) e Prefeitura do Rio de Janeiro (2008), a AP1 foi a primeira a ser ocupada e ter a sua população consolidada, logo ela é a de ocupação mais antiga dentro da cidade, em seguida a ocupação do território carioca se deu principalmente nas AP 2, 3 e 5, sendo a AP 5 a área de ocupação mais recente dentro da cidade do Rio de Janeiro. Abaixo na figura 16 é possível constatar o momento da ocupação de cada uma das AP.

Area de Planejamento (AP)	Início	Final
AP 1	Séculos XVI/XVII	Final do século XIX/1910
AP 2	Início do Século XIX	1930/1960 (consolidação posterior: Rocinha e São Conrado)
AP 3	1858/1870	1930/1960 (consolidação posterior: Anchieta e Pavuna)
AP 4	1940/1960	1960/século XXI (em processo de consolidação: Vargem Grande, Vargem Pequena e Recreio dos Bandeirantes).
AP 5	1878	1940/Século XXI (em processo de consolidação: principalmente Guaratiba e Santa Cruz).

Figura 16. O processo da ocupação urbana do Município do Rio de Janeiro (linhas Gerais). Fonte: ABREU (1987), BARREIROS (1965) e PCRJ (2000) apud IPP e Prefeitura do Rio de Janeiro (2008).

Por fim, como destaca os dados mencionados, as transformações ocorridas no território da metrópole e a redistribuição da população foram e são influenciadas por diversas características, como a forma de produção imobiliária, crescimento demográfico, investimentos realizados tanto pelo poder público, quanto pelo privado, entre os mais diversos aspectos que influenciam na dinâmica territorial da cidade. Cabe destacar que todas essas transformações engendradas no tecido urbano se fizeram através de forma heterogênea, ou seja, incorporaram as diversas partes da cidade de diferentes formas, como o caso das periferias da cidade (IPP/ PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2008).

### 3.2 O Uso e Parcelamento do Solo

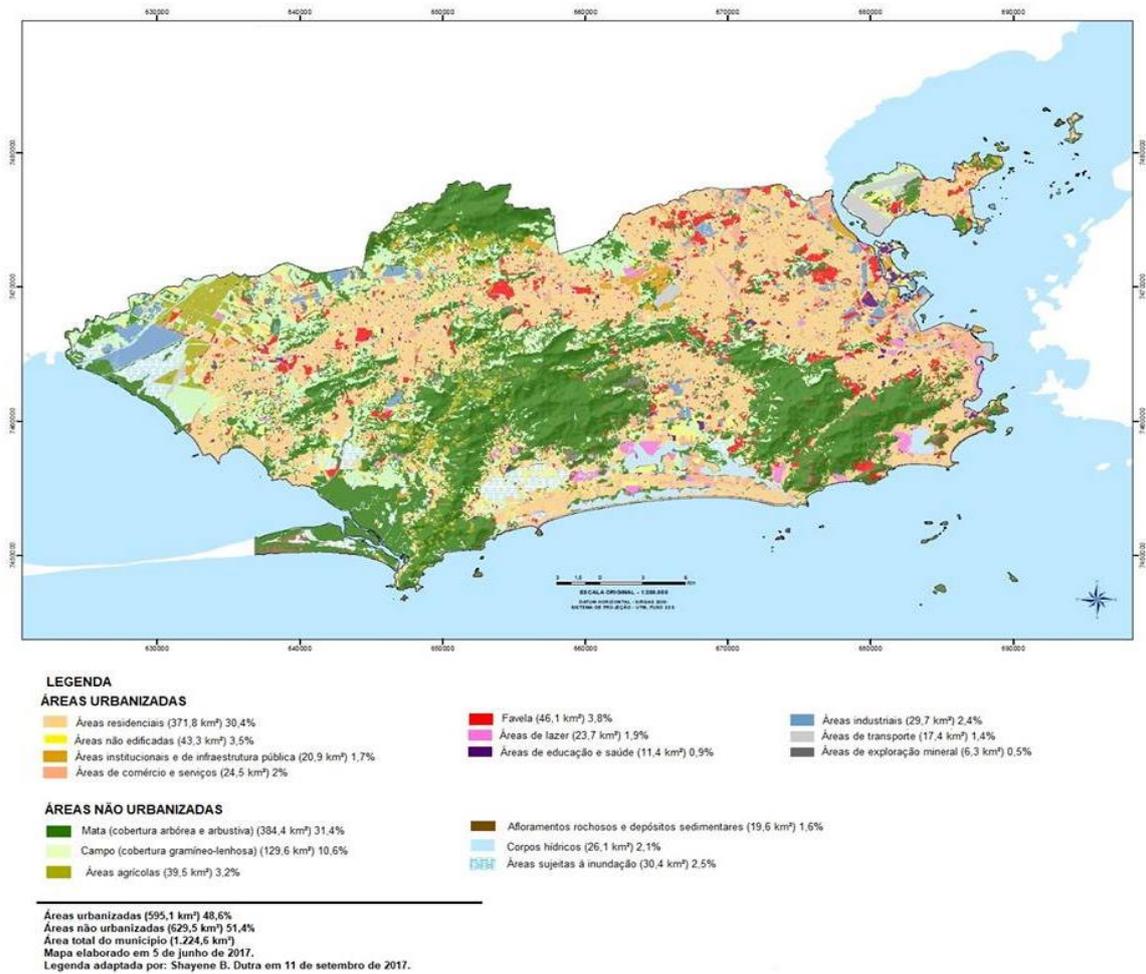


Figura 17. Mapa do uso do solo na cidade do Rio de Janeiro em 2016. (Fonte: Instituto Pereira Passos).

O primeiro ponto questionado nessa pesquisa refere-se à ocupação do território na cidade. A figura 17 ilustra como é feito o uso territorial e, ao analisá-la, é possível inferir diversos aspectos importantes sobre a metrópole carioca: o primeiro, é o fato de existir um menor número de favelas nas zonas Sul (ZS), Barra e Jacarepaguá, essas regiões são tradicionalmente marcadas pela forte presença do capital imobiliário voltado para as classes de maior renda. Por outro lado, a zona Norte é onde há maior concentração de moradores vivendo em favelas ou aglomerações subnormais da cidade, como a ilustra a figura 18.

Áreas de Planejamento	População Residente			
	Cidade	Proporção	Favela	Proporção
Total	6.320.446	100%	1.443.773	100%
AP1 - Central	297.976	5%	103.296	7%
AP2 - Zona Sul	1.009.170	16%	174.149	12%
AP3 - Zona Norte	2.399.159	38%	654.755	45%
AP4 - Barra/Jacarepaguá	909.368	14%	236.834	16%
AP5 - Zona Oeste	1.704.773	27%	274.739	19%

Figura 18. Quadro da população residente na cidade e nas favelas. (Fonte: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2012).

O segundo aspecto é a maior presença de áreas de lazer nas RAS da ZS e Barra e adjacências em detrimento das demais regiões da cidade; em terceiro, o mapa deixa clara a maior presença de áreas verdes nas regiões próximas a RAS com alto padrão social, o que mostra que de certa forma a qualidade ambiental e de vida são melhores. Cabe mencionar que as áreas industriais presentes na metrópole estão situadas principalmente nas RAS das Zonas Oeste e Norte, o que pode ser um indicador que tanto a qualidade ambiental destas regiões sejam inferiores as das RAS da ZS e adjacências, devido aos gases poluentes emitidos pelas indústrias locais e produção de rejeito com ou sem tratamento adequado; também a localização dos centros industriais é outro indicador que há mão de obra disponível e mais barata, em detrimento do resto da cidade.

O último ponto pode ser melhor entendido quando se analisam os dados de renda da metrópole, que deixam claro que as regiões onde estão presentes as indústrias da cidade são as áreas que estão entre as menores rendas do conjunto do Rio de Janeiro, também estão entre os menores índices de progresso social e outros; logo associado a mão de obra barata destas regiões, o que acaba por ser aproveitado pelos ramos industriais e empresarias presentes na cidade.

Prosseguindo com as análises do mapa, é possível entender melhor a questão da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Da área total do município (1.224,6 Km<sup>2</sup>), 629,5 Km<sup>2</sup> ou 51,4% correspondem a áreas não urbanizadas, nesse caso podendo ser florestas, matas e afins. As áreas residenciais equivalem 371,8 Km<sup>2</sup> ou 30,4% e as regiões que correspondem a favelas somam 46,1 Km<sup>2</sup> ou 3,8%, ou seja, as favelas representam 1/8 das áreas residenciais dentro da cidade, mas quando se compara a sua proporção de habitantes, o número faz com que se tenha a dimensão real de como é esta precarização.

Segundo dados da Prefeitura do Rio de Janeiro (2012), através da análise do Censo do IBGE de 2010, a metrópole carioca possuía aproximadamente 1,4 milhões de habitantes em favelas, sendo a cidade brasileira com mais moradores nesse tipo de aglomeração, esse número equivale a quase 23% da população da capital fluminense residindo nestas regiões e quando comparado ao tamanho das áreas que as mesmas representam no território da cidade (3,8%), pode-se ter uma noção da dimensão da situação em que esses moradores vivem.

Analisando os dados supracitados, evidencia-se que as favelas estão sujeitas a problemas ambientais graves. Estudo realizado por Porto *et al* (2015) mostram o caso de três favelas da cidade, Rocinha, Mangueiras e Complexo do Alemão. Nesse estudo, os autores mostram que apesar dessas comunidades terem passados por obras relacionadas a melhoramentos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estas obras não atingiram por igual as comunidades e que em sua maioria em obra de qualidade insatisfatória, também verificou a péssima infraestrutura relacionada ao saneamento básico, o que provoca doenças nas populações locais, como a tuberculose, sendo que as duas primeiras comunidades estão entre os maiores índices de tal doença.

Por fim, cabe ressaltar, conforme demonstram os autores, a forma como é feita a retirada dos moradores das áreas que passariam por melhoramento. “Na Rocinha, as remoções aconteceram de forma injusta, quando comparamos o número de unidades habitacionais oferecidas com as unidades habitacionais construídas, menor que a quantidade de famílias removidas pelas obras do PAC” (PORTO *et al*, 2015, p. 532). Outra questão abordada pelos pesquisadores foi a da gentrificação que as comunidades sofreram após as obras do PAC. Os autores mencionam que é possível constatar mais enfaticamente no caso da Rocinha, todavia, mas outras duas também se verificou o mesmo processo, mas em menor escala; ou seja, acaba que as obras geram efeito em cascata, pois além de melhorarem esteticamente partes das comunidades, geram aumento da especulação imobiliária, aumentos dos aluguéis, entre outros, o que acaba fazendo com que os moradores precisem se deslocar para outros locais. Nas figuras 18 e 19 é possível constatar algumas das obras realizadas nas comunidades.



Figura 19. Obras do PAC na Rocinha. Fonte: Extra Globo, 2018.



Figura 20. Construção do Teleférico do Complexo do Alemão. Fonte: Google Imagens, 2018.

### 3.3 Renda das Regiões Administrativas

A capital fluminense está entre as cidades com maiores rendas no Brasil, todavia, essa renda não se encontra por igual distribuída entre suas diversas regiões. De acordo com os dados do DATASUS com base nos últimos censos do IBGE, a renda média per capita domiciliar da cidade vem aumentando, como pode ser observado no gráfico 1.

Apesar da elevação da renda na cidade, é importante mencionar que as desigualdades sociais na metrópole não têm diminuído ao longo das últimas décadas, ao contrário, existe uma concentração da renda nos extratos sociais mais elevados. Os

programas sociais que visam redistribuir a renda no país, como o caso do bolsa família e outros, cumprem um importante papel a esse respeito, todavia, os dados do IBGE mostram que as disparidades entre as regiões administrativas da cidade são extremamente acentuadas, como por ser observado no gráfico 2.

O gráfico 2 deixa claro que todas as RAS tiveram aumento da renda do Censo no ano de 2000 para 2010. É perceptível que a renda de algumas das RAS, tanto as mais ricas economicamente quanto as mais pobres, tiveram mais que o dobro de elevação, porém, os dados evidenciam que a concentração da renda se mantém nas regiões mais ricas da cidade do Rio de Janeiro em detrimento das mais pobres. Logo, não há mudanças significativas no padrão do rendimento dos moradores da metrópole carioca.

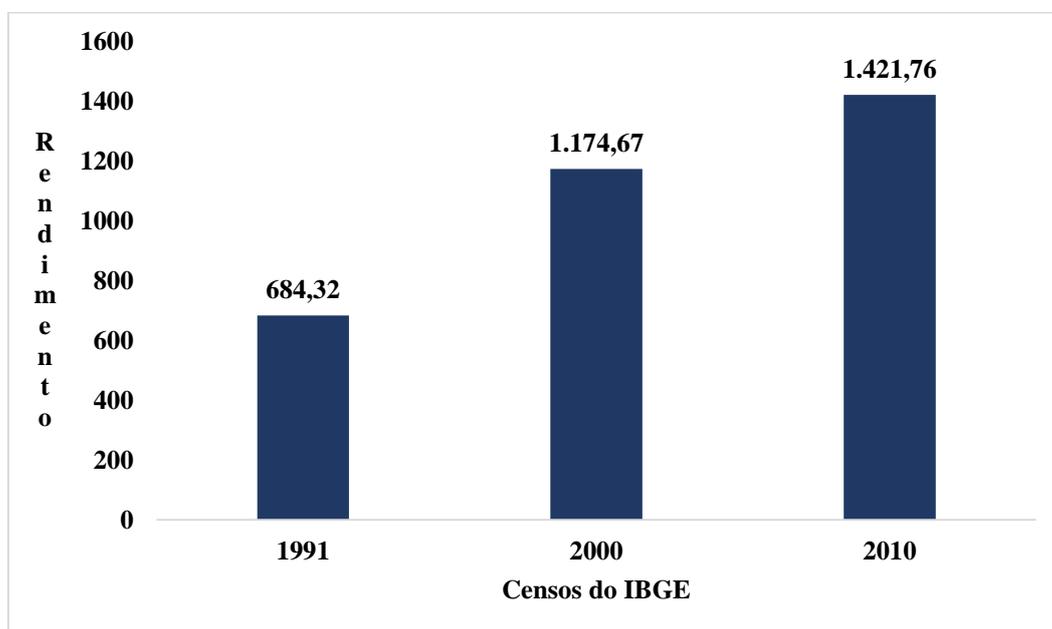


Figura 21. Gráfico de renda média per capitar domiciliar da cidade do Rio de Janeiro, segundo os últimos três grandes censos. (Fonte: DataSus).

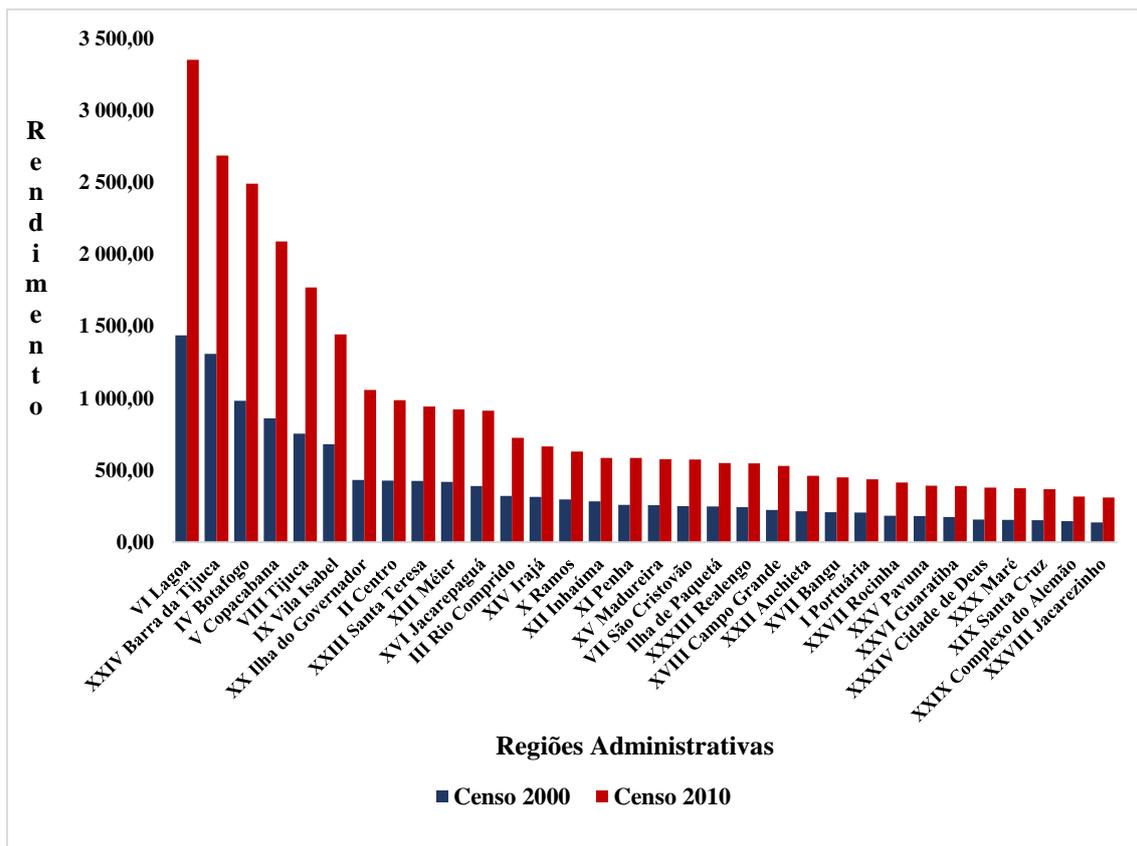


Figura 22. Gráfico de rendimento nominal médio oriundo do trabalho por Região Administrativa, no Censo de 2000 e 2010. (Fonte: Instituto Pereira Passos, dados retirados do Censo do IBGE 2000 e 2010).

### 3.4 Índice de Desenvolvimento Social e Progresso Social (IPS)

O intuito de trazer esses índices é para mostrar a realidade da cidade do Rio de Janeiro, com relação ao seu desenvolvimento humano nas RAS, no início do século XXI, nos anos de 2000 e 2016 e mostrar que, apesar das suas diferentes metodologias, os dados obtidos nas regiões se mostram semelhantes. O Índice de Desenvolvimento Social (IDS) é um índice semelhante ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em conta na sua metodologia quatro componentes para realizar o seu cálculo. Os Componentes são formados por: Acesso a saneamento básico, qualidade habitacional, grau de escolaridade e disponibilidade de renda (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2008).

O primeiro índice é o de acesso ao saneamento básico, formado pelos itens: porcentagem (%) das casas com abastecimento de água e serviços de esgoto e coleta de lixo satisfatórios. O segundo índice é composto pelo número médio de banheiros por pessoa. A terceira relação leva em conta a % da taxa de analfabetos com idade superior a 15 anos, total de chefes de famílias com menos de quatro anos de estudo e chefes de famílias com mais de 15 anos ou mais de estudo. O último índice leva em conta o

rendimento mediano dos responsáveis pela casa, levando em conta o salário mínimo, % dos responsáveis da casa com renda de até dois salários e % dos responsáveis com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2008). Abaixo, na figura 22, o IDS geral no 2000 das regiões administrativas\*.

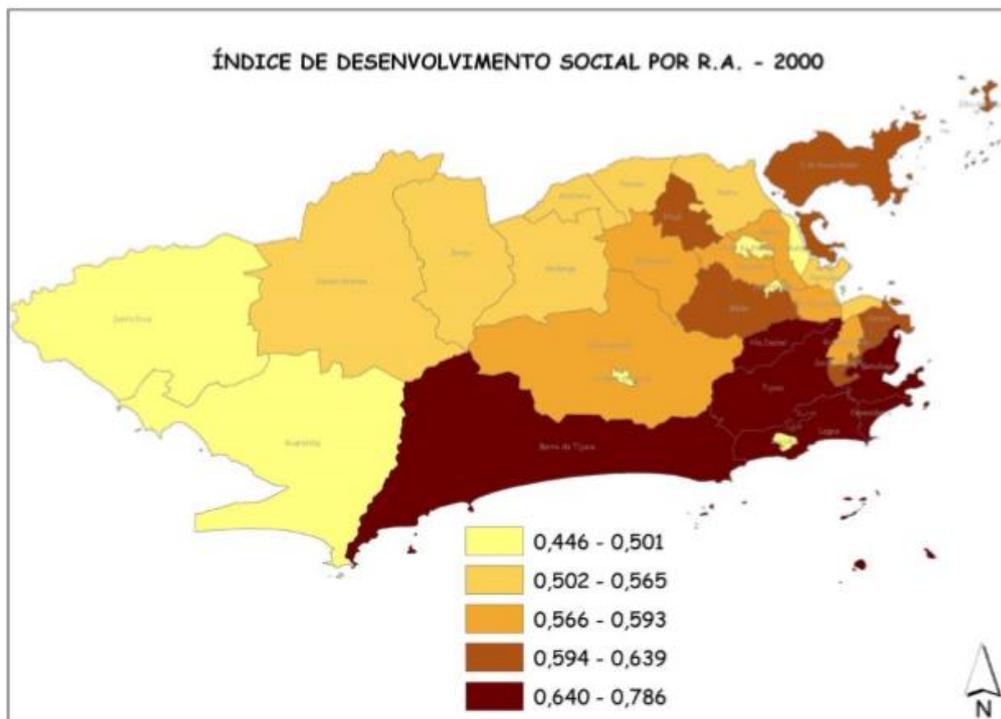


Figura 23. Índice de Desenvolvimento Social por RAS, no ano de 2000. (Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro). Obs. A RA de Vigário Geral não foi contemplada no Censo 2000.

O segundo índice a ser exposto é o “Índice de Progresso Social” (IPS), que é uma abordagem de mensuração direta do desenvolvimento humano a partir de indicadores selecionados em três dimensões e 12 componentes definidos globalmente” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2016). A escolha destas dimensões e desses componentes tem por finalidade obter respostas sobre como cada região é capacitada para favorecer requisitos mínimos a seus habitantes. O quadro 2 demonstra como é composto o IPS.



Figura 24. Quadro dos itens que compõem o IPS. (Fonte: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro).

A quantificação dessas três dimensões permite mostrar a realidade do progresso social na metrópole carioca, como pode ser observado na imagem 24. É possível inferir que nos índices, tanto no primeiro que se refere ao ano 2000 e o segundo ao ano de 2016, que as regiões com os melhores índices são praticamente as mesmas. Figuram tanto em 2000 quanto 2016, entre os melhores indicadores as RAS da Lagoa, Barra da Tijuca, Botafogo, Copacabana, Tijuca e Vila Isabel, e entre os mais baixos indicadores também acontece algo semelhante, em ambos levantamentos as RAS de Santa Cruz, Guaratiba, Rocinha, Cidade de Deus e Complexo da Maré obtiveram os piores índices gerais.

A respeito dos estudos, como é possível observar nos mapas, existe uma divisão territorial nítida na metrópole. Ela está dividida em quatro partes, onde ficam claras as diferenças em relação aos seus índices. Os pesquisadores que realizaram o estudo do IPS para Prefeitura do Rio de Janeiro (2016) também ressaltam que existem quatro divisões espaciais dentro da cidade: “A zona sul e as áreas nobres das zonas norte e oeste estão no primeiro grupo. Os complexos de favela e as regiões mais extremas ao norte e ao oeste estão concentrados principalmente no quarto” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2016).

Dessa forma, apesar do IPS, diferente do IDS, não colocar a renda como parte da metodologia de seu cálculo, fica evidente que em ambos os casos as regiões onde estão concentrados os extratos sociais com maior rendimento financeiro são também os que

apresentam os melhores índices de desenvolvimento sociais, ficando evidente desse modo, que a renda tem sim um peso na dinâmica socioespacial da metrópole carioca.

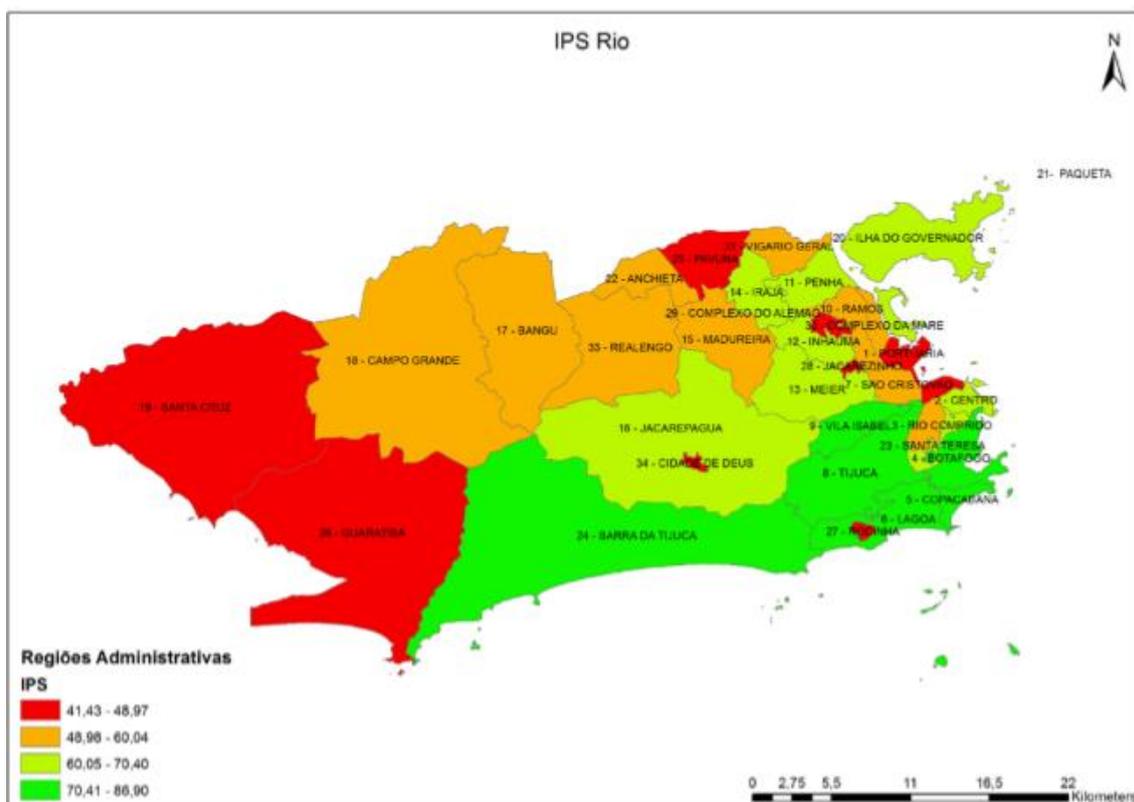


Figura 25. Índice de Progresso Social do Rio de Janeiro. (Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro).

### 3.5 Outros Indicadores

#### 3.5.1 Transporte

Um das características mais marcantes na capital fluminense é a relação que seus moradores possuem com os meios de transportes e seu deslocamento para o trabalho. Segundo a Prefeitura (2012), através da análise do Censo do IBGE de 2010, entre a população maior de 25 anos, é percebido que na AP5, entorno de 40% dos residentes desta AP levam mais de uma hora para chegar ao trabalho, enquanto isso, na AP1, esse número gira no entorno dos 11%, logo tal constatação demonstra que com a perda de tempo para chegar ao trabalho, ocasiona perda de renda. (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2012).

#### 3.5.2 Percentagem de pobres, coeficiente de Gini e Renda domiciliar per capita: estado e cidade do rio de janeiro e áreas, 2010

A metrópole carioca entre todos os municípios do estado do Rio de Janeiro é a que possui menor porcentagem de pobres e a maior renda, todavia, quando se verifica o Índice de Gini, é possível constatar que esse é o maior do estado. Os dados também demonstram que o número de pobres entre as regiões da cidade possui variações, enquanto na região do Centro e da Zona Sul é de (12,2%), nas demais regiões esse número é quase o dobro, também é importante frisar que a renda dessas duas regiões em comparação as demais da cidade também são duas vezes maiores. (SEBRAE, 2015). Abaixo é possível verificar os demais dados para as outras regiões da cidade.

	% DE POBRES	COEFICIENTE DE GINI	RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (EM R\$ POR MÊS DE JULHO DE 2010)
ERJ	26,0	0,599	990,72
Rio de Janeiro	20,9	0,639	1.414,19
Centro e Zona Sul	12,2	0,626	2.865,27
Zona Norte	22,7	0,538	903,36
Zona Oeste	23,8	0,637	1.186,17

Figura 26. Percentagem de pobres, coeficiente de Gini e Renda domiciliar per capita: estado e cidade do rio de janeiro e áreas, 2010. Fonte: IETS, com base em estimativas produzidas a partir de microdados e de dados do Censo/IBGE (2010) apud Painel Regional Rio de Janeiro e Bairros, Sebrae (2015).

### ***3.5.3 Percentual de domicílios particulares permanentes por classe de rendimento nominal mensal domiciliar (salário mínimo): estado e cidade do rio de janeiro e áreas, 2010***

O estudo realizado pelo Sebrae (2015), a partir dos dados do censo de 2010, também mostram como é a distribuição da renda entre as regiões da metrópole carioca e o estado do Rio de Janeiro.

	CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR (SALÁRIO MÍNIMO) (1) - %				
	ATÉ 1	MAIS DE 1 A 2	MAIS DE 2 A 5	MAIS DE 5	SEM RENDIMENTO (2)
ERJ	13,5	21,9	34,6	25,4	4,6
Rio de Janeiro	9,8	17,8	32,6	35,5	4,3
Centro e Zona Sul	5,1	10,3	23,6	57,3	3,8
Zona Norte	11,1	20,0	36,5	28,0	4,4
Zona Oeste	11,6	20,3	34,1	29,5	4,6

Figura 27. Percentual de domicílios particulares permanentes por classe de rendimento nominal mensal domiciliar (salário mínimo): estado e cidade do rio de janeiro e áreas, 2010. Fonte: IETS, com base em estimativas produzidas a partir de microdados e de dados do Censo/IBGE (2010) apud Painel Regional Rio de Janeiro e Bairros, Sebrae, 2015.

Os dados demonstram as desigualdades na distribuição dos salários entre as diversas regiões da cidade, e novamente mostram que as Zonas Norte e Oeste possuem os menores indicadores de renda, em contraponto à Zona Sul e Centro que permanecem com os melhores indicadores. Os dados podem ser observados de forma a vislumbrar como é feita a divisão salarial dentro da cidade.

## 4. DISCUSSÃO

Ao logo dos últimos séculos, tem ocorrido significativas mudanças no município e na sua configuração espacial, como apontam Abreu (2003), Motta (2011), Maricato (2004) e diversos outros autores. Para Milton Santos (1978, p. 122):

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Nesse sentido, o espaço da metrópole que deveria ser construído para abrigar as diferentes formas de manifestações da sociedade carioca, tem justamente sido edificado de forma a privilegiar uma pequena parcela da população. Como pode ser visto através dos mapas e gráficos desta pesquisa, as regiões das RAS situadas entre a zona sul, são as que possuem mais equipamentos urbanos, tanto na esfera municipal quanto na estadual, como áreas de lazer, melhores transportes, saúde, segurança e toda a gama de infraestrutura pública que o Estado pode oferecer.

Dessa forma, fica nítido que a configuração espacial da metrópole carioca privilegia as populações com maior poder aquisitivo em detrimento das populações mais pobres da cidade, o que gera graves distorções no tecido urbano e na vida de seus milhões de habitantes. O território usado de forma desigual torna-se elemento para marginalizar as populações que vivem em locais desprovidos de infraestrutura adequada, como o caso das favelas e subúrbios da cidade.

Lago (2000, p. 59), aponta que no começo do século XX já era possível localizar cada classe social dentro do tecido urbano da metrópole. A autora ainda menciona que esse processo de divisão da cidade entre regiões de ricos e pobres tinha se iniciado no século XIX, quando os estratos sociais mais elevados se deslocavam para bairros planejados para eles. Bairros esses em especial os da Zona Sul e Norte da cidade, como Copacabana, Ipanema, Jardim Botânico, Gávea, Vila Isabel, Lagoa e Tijuca, restando os bairros desestruturados aos pobres. Os mapas e gráficos expostos acima mostram que locais próximos as RAS mais prosperas economicamente possuem contrastes significativos, basta observar dois casos evidentes, a Rocinha e a Cidade de Deus.

Estas duas regiões administrativas, apesar de estarem geometricamente próximas das com os melhores índices sociais e econômicos, estão entre as com os piores níveis de qualidade de vida e menor renda da metrópole. Nesse sentido, as populações que ali habitam, em geral se sujeitam as mais diversas formas de habitação. Entre as principais os cortiços, as favelas e loteamentos periféricos, podendo essas construções serem própria ou em forma de autoconstrução (VAZ, 1994).

Para Sposito (2000) é preciso considerar todas as determinantes econômicas, sociais, políticas e culturais, que no decorrer do tempo, constroem, transformam e reconstroem a cidade, se queremos entendê-la na dinâmica de um espaço que está em constante estruturação, respondendo e ao mesmo tempo dando sustentação às transformações engendradas pelo fluir das relações sociais. Como bem demonstra Lefebvre (1969), as intervenções, ou mesmo as reflexões de cunho urbanístico, sempre são posteriores a mudanças nas relações sociais, destinando-se, por conseguinte, a resolver contradições engendradas por essas mesmas mudanças. E essas reflexões já vinham acontecendo há bastante tempo, acompanhando o processo de desagregação do sistema escravista.

Nesse sentido, como ressaltam os autores, fica claro que a presença de locais com a Rocinha e Cidade de Deus, tem uma finalidade. Neste caso, a finalidade de ambas é servir como fonte de mão de obra barata para as demais RAS que as cercam, não havendo interesse do poder público em tentar solucionar as reais contradições ali existentes, como a presença de poderes paralelos ao estado, infraestrutura física precária, serviços que deveriam ser obrigação do estado sendo realizados com péssimas condições e os fatores mais adversos que fazem com estas populações de maneira geral sejam carentes e tão exploradas ao mesmo tempo.

## 5. CONSIDERAÇÃO FINAIS

As transformações no tecido urbano mostram o quanto a cidade se modificou ao longo dos últimos séculos, e nesse sentido, estas geraram e ainda geram grandes distorções socioespaciais dentro da cidade. O estado como agente modelador das políticas públicas tem um papel importante no processo de segregação espacial entre as diversas classes socioeconômicas, pois ao priorizar determinadas regiões em detrimento das demais, faz gerar especulação imobiliária, o que faz com que nem todas as classes sociais possam ter acesso universal as mesmas condições de moradia.

Outro ponto é a ausência ou a ineficiência das políticas públicas voltadas para a redistribuição de renda dentro da cidade, na esfera estadual e nacional, que ao invés de reduzirem o nível de pobreza, fazem com que haja maior concentração de renda nos extratos sociais mais elevados, como é demonstrado nos dados dos dois últimos grandes censos nacionais. Estes deixam claro, que apesar da melhoria da renda das camadas sociais mais baixas, o mesmo acontece com as superiores, onde a renda mais que dobra, ou seja, a redistribuição não acontece de forma eficiente.

Por fim, o espaço que deveria ser um elemento para ser visto em sua totalidade, acaba se tornando algo fragmentado, como no caso da cidade do Rio de Janeiro, ou melhor “as diversas cidades” presentes dentro de uma mesma cidade, com suas bonanças e suas misérias, onde o estado atua ou ele é ausente, onde no jogo do capital quem mais sofre é a maior parcela da população carioca, que ausente de políticas que realmente visem solucionar as contradições existentes, ficam a esperar por um dia que até então não se fez presente de fato!

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P.; FARIA, T. C. (1998). **Mobilidade residencial na cidade do rio de janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário.** XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, p. 421-456.

ABREU, M. A. (2003). **Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução.** Revista Rio de Janeiro, n. 10, maio-agosto, p. 210-234.

BONDUKI, N. (2008). **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.** Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n.1, p.70–104.

BRITO, F. (2006). **O deslocamento da população brasileira para as metrópoles.** Estudos avançados 20 (57).

CORRÊA, R. L. (1989) **O espaço urbano.** Editora Ática S.A.

DATASUS. **Renda média domiciliar per capita - Rio de Janeiro.** Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?ibge/censo/cnv/rendarj.def>>. Acesso em: 16 de setembro de 2017.

ENDERS, A. (2015) **A história do Rio de Janeiro.** Editora Gryphus, 3<sup>o</sup> edição.

GONÇALVES, S. R. (2006). **A política, o direito e as favelas do rio de janeiro: Um breve olhar histórico.**

IBGE. **Censo de 2010.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso ao longo da pesquisa.

IBGE. **Cidade Rio de Janeiro.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330455>>. Acesso em: 09 de setembro de 2017.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS (IPP). **Armazém de dados da cidade do Rio de Janeiro.** Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>>. Acesso ao longo da pesquisa.

IPP/PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. (2010) **Condicionantes territoriais para a elaboração de estimativas populacionais para unidades submunicipais: considerações a partir do caso do Rio de Janeiro.** COLEÇÃO ESTUDOS CARIOCAS: ISSN 1984-7203, N° 20080703, julho.

LAGO, L. C. (2000). **Desigualdade e Segregação na Metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise**. Editora Revan. Observatório IPPUR/UFRJ-FASE. Rio de Janeiro.

LEFEBVRE, H. (1969). **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos.

MARICATO, E. (1997). **Habitação e Cidade**. 7ª edição. Saraiva S.A. Livreiros Editores, São Paulo.

MOTTA, L. D. (2011). **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**.

PORTO, M. F. S. *et al.* (2015). **Saúde e ambiente na favela: reflexões para uma promoção emancipatória da saúde**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n° 123, p. 523-543, julho /setembro. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n123/0101-6628-ssoc-123-0523.pdf>>.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. (2000). **Índice de Desenvolvimento Social - IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro**. Nº 20080401.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. (2012). **Censo 2010 – A Cidade do Rio de Janeiro**.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. (2012). **Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010**. Nº 20120501, maio.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. (2016) **Índice de Progresso Social no Rio de Janeiro IPS Rio de Janeiro 2016**. Ata da Reunião de 13 de junho de 2012.

SANTOS, M. (1978). **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp.

SEBRAE. (2015). **Painel regional: Rio de Janeiro e bairros / Observatório Sebrae/RJ**. -- Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2015.

SPOSITO, M. E. B. (2000). **Capitalismo e Urbanização**. Editora: Contexto. São Paulo, 10ª edição.

VAZ, L. F. (1994). **Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro**. *Análise Social*, vol. XXIX (127), (3.º), 581-597.